



COMPARAR
PARACRESCER

3º SNAPSHOT

DESTAQUES DA COMPETITIVIDADE NACIONAL

Abril 2025

COMPARARPARACRESCER.PT

BRP

ASSOCIAÇÃO
BUSINESS
ROUNDTABLE
PORTUGAL

Knowledge
Partner:



Data
Partner:

INFORMA
Business by Datz

PORTUGAL TEM POTENCIAL, MAS HÁ FATORES CRÍTICOS DE COMPETITIVIDADE QUE O PAÍS TEM DE DESENVOLVER

Desde a grande crise financeira de 2007 que a União Europeia tem vindo a registar um desempenho económico inferior ao dos Estados Unidos. O PIB tem em média crescido menos, a produtividade do trabalho tem evoluído mais lentamente e as empresas cotadas e presentes nos principais índices têm apresentado valorizações significativamente menores do que as suas congéneres americanas. Tal deve-se às vantagens, nos EUA, de uma maior liberdade económica, ao acesso a um mercado de capitais muito mais profundo e completo, e à menor carga burocrática e fiscal.

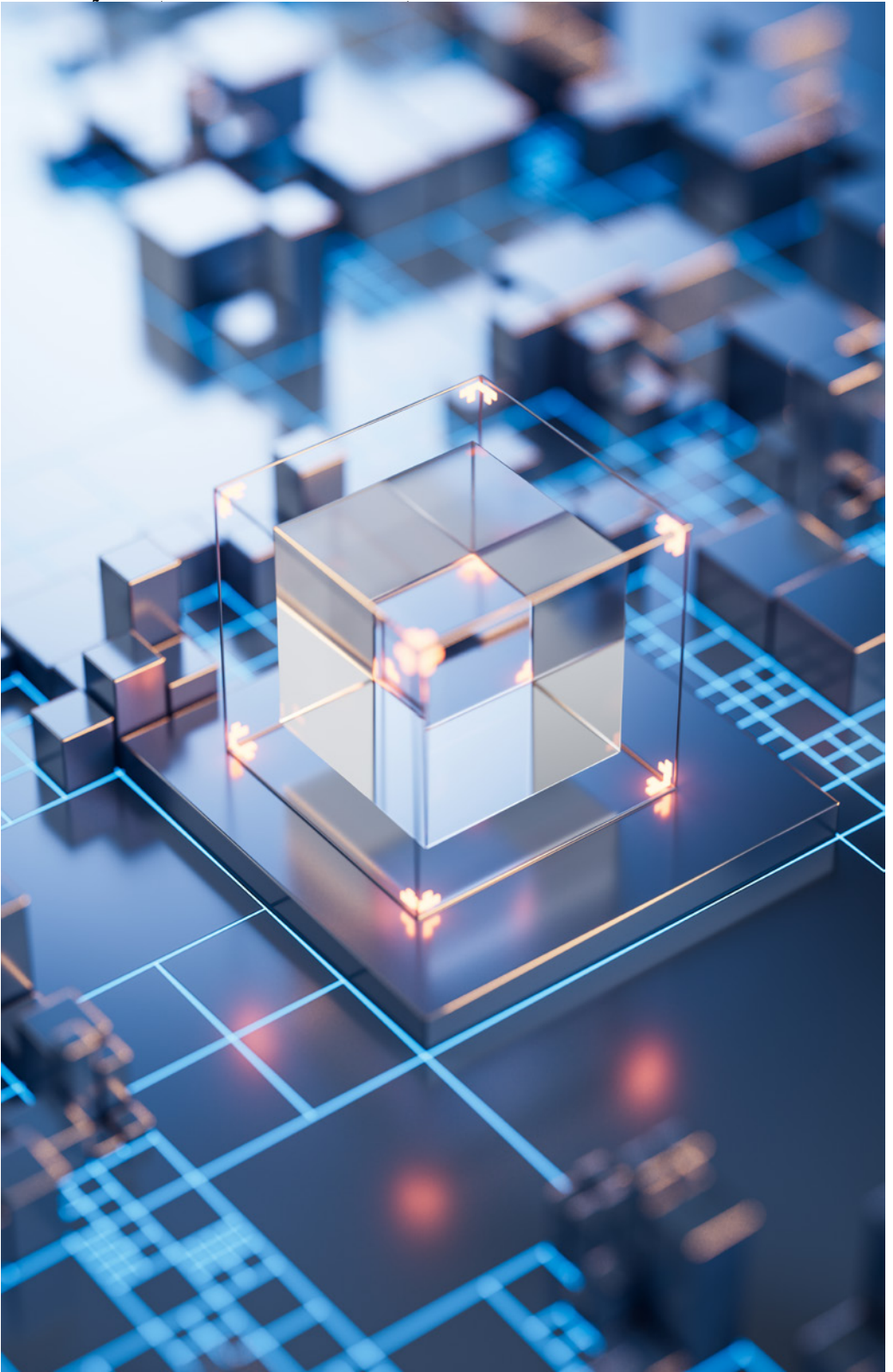
Já na União Europeia, há ritmos de crescimento diferenciados, sendo que Portugal tem potencial para melhorar o seu desempenho. Tem apresentado sistematicamente um gap de produtividade face aos países mais desenvolvidos, sendo que a sua eliminação exige que se ultrapassem vários

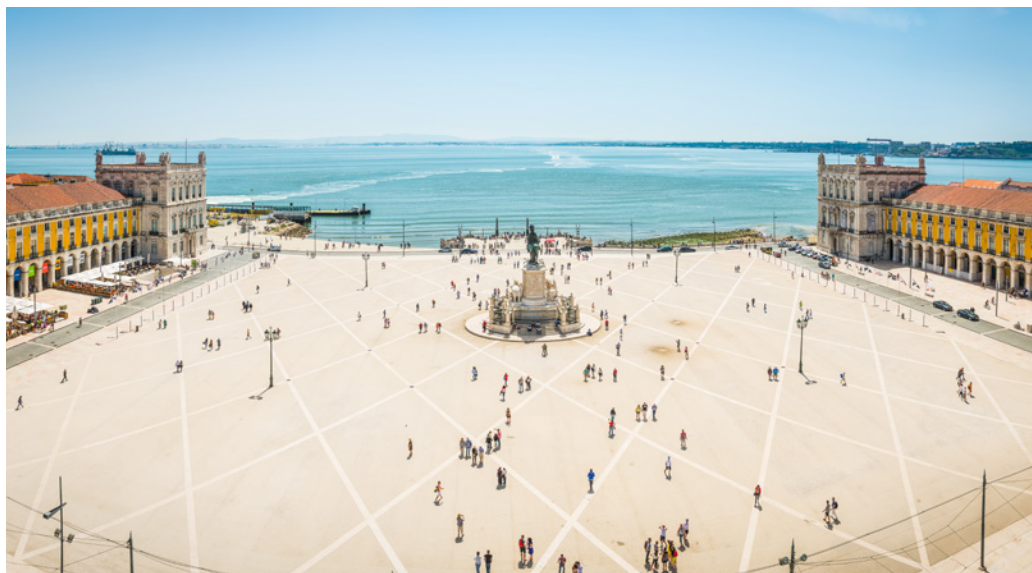
constrangimentos: a pequena dimensão das empresas; o baixo nível de investimento produtivo; a necessidade de maior enfoque no ecossistema de inovação; o imperativo de manter o melhor talento em Portugal, criando condições comparáveis às oportunidades internacionais; a competitividade do setor energético, essencial à melhoria da competitividade industrial e logística; e, finalmente, a redução da desvantagem resultante da enorme teia burocrática existente em Portugal. ●



ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE

Professor de Estratégia na Nova SBE.
Chairman Sociedade Ponto Verde
e Mapfre Portugal.





3º SNAPSHOT COMPARAR PARA CRESCER

O Comparar para Crescer publica, duas vezes por ano, um breve retrato da competitividade nacional, tendo por base a informação disponibilizada na plataforma. Estes destaques, que podem debruçar-se sobre atualizações ou séries históricas de dados, pretendem evidenciar a posição competitiva de Portugal em áreas e domínios estratégicos para o país, e suscitar a reflexão e o debate na sociedade civil, mas, acima de tudo, a ação e a mudança por parte dos agentes decisores.

PAÍSES CONCORRENTES

O resultado da avaliação depende sempre de com quem nos comparamos. Para melhor avaliar a evolução de Portugal nas várias dimensões apresentadas, foi definido um grupo comparativo composto por oito países europeus, que classificamos de “Países Concorrentes”. O grupo é composto por Espanha, Eslovénia, Estónia, Grécia, Hungria, Itália, Polónia e República Checa - países que fazem atualmente parte da União Europeia e que, no ano 2000, apresentavam um PIB per capita nominal próximo do de Portugal. Consideramos importante avaliar a trajetória deste grupo e comparar o seu desempenho com o de Portugal. ●



Aceda ao **COMPARAR PARA CRESCER** e explore os indicadores que fazem parte desta ferramenta de conhecimento.
[COMPARARPARACRESCER.PT](https://compararparacrescer.pt)

SÃO DESTAQUES DESTE SNAPSHOT:

1

AUMENTAR A DIMENSÃO DAS EMPRESAS PARA REDUZIR O GAP DE PRODUTIVIDADE DE PORTUGAL

PÁGINA 6

2

CORRIGIR O ENORME DIFERENCIAL DE INVESTIMENTO PRODUTIVO PARA IMPULSIONAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO

PÁGINA 10

3

FORTALECER O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO ATRAVÉS DA IMPORTÂNCIA DO TALENTO, INVESTIMENTO E COLABORAÇÃO

PÁGINA 16

4

PROMOVER A REDUÇÃO DO “GARROTE FISCAL” COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL PARA A ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTO

PÁGINA 22

5

APOSTAR NA COMPETITIVIDADE DO SECTOR ENERGÉTICO PARA REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO PAÍS

PÁGINA 26

6

SIMPLIFICAR A BUROCRACIA PARA CRESCER

PÁGINA 34

1

AUMENTAR A DIMENSÃO DAS EMPRESAS PARA REDUZIR O GAP DE PRODUTIVIDADE DE PORTUGAL

Na última década, a riqueza da Europa distanciou-se negativamente dos Estados Unidos e da China atingindo, em 2023, uma diferença de 12% face aos EUA no Produto Interno Bruto (PIB) em paridade de poder de compra (PPS). O relatório sobre “O futuro da competitividade europeia”, coordenado por Mario Draghi, alerta para esta situação, destacando que cerca de 70% da diferença entre o PIB per capita (PPS) da União Europeia (UE) e dos EUA, i.e., entre a riqueza dos seus cidadãos, se explica pela menor produtividade na UE, e elegendo o aumento da produtividade como objetivo central da agenda de competitividade, desta forma conduzindo ao crescimento dos rendimentos das famílias e da procura interna.

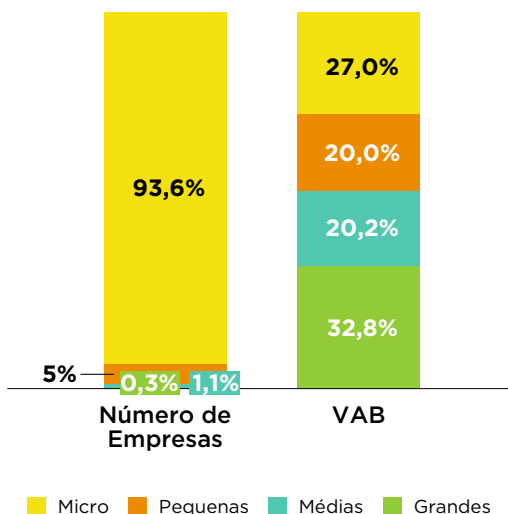
O Relatório reforça que atualmente a produtividade decorre essencialmente das competências incorporadas na força de trabalho, onde a inovação e a tecnologia têm um papel crucial. No entanto, apenas 4 das 50 maiores empresas tecnológicas do mundo são europeias, sendo a maioria empresas norte americanas.

Em Portugal, a produtividade aparente do trabalho, medida pelo PIB por hora trabalhada em PPS, distancia-se muito da média da União Europeia, sendo apenas 68% da média em 2024, e sem evolução nas últimas décadas, estando no nível registado em 2000.

A maior dimensão das empresas tem grande relevo na produtividade. Contudo, em Portugal por cada grande empresa existem 371 microempresas, 19 pequenas e 4 médias. É fundamental que as empresas portuguesas aumentem a sua escala, contribuindo para o crescimento, a competitividade e o desenvolvimento do país, pois a dimensão das empresas é crítica por um conjunto de fatores, que se relacionam entre si.

A maior dimensão das empresas impulsiona a produtividade, mas em Portugal as grandes empresas representam apenas 0,3% do total empresarial no país

**PERFIL EMPRESARIAL
POR DIMENSÃO (PT), 2023**



numa empresa grande, o VAB gerado por colaborador é 1,4x o de uma média empresa, 1,6x o de uma empresa pequena e 2,5x o de uma microempresa.

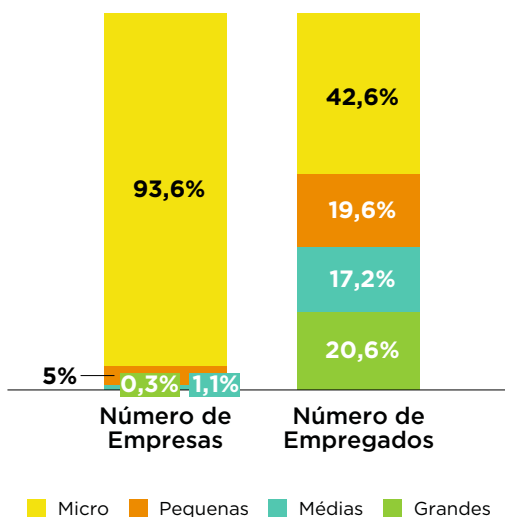
De notar também que empresas maiores criam mais postos de trabalho e pagam salários mais altos. As grandes empresas portuguesas, representando menos de 0,3% do total, empregam 21% da força de trabalho, e as médias empresas, representando 1% do total, empregam 17% dos trabalhadores em Portugal.

Adicionalmente, as grandes empresas têm encargos por colaborador 73% acima das microempresas, 27% acima das pequenas empresas

Desde logo, como referido, empresas com maior dimensão conseguem ter uma produtividade mais elevada, com processos produtivos e de distribuição mais inovadores e robustos. Em Portugal, apesar das grandes empresas representarem apenas 0,3% do tecido empresarial do país, foram responsáveis, em 2023, por 33% do valor gerado, medido pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB).

A importância da escala na produtividade é particularmente evidente quando verificamos as diferenças no VAB médio gerado por colaborador, tal como destacado no 2º Snapshot do Comparar para Crescer. Em média,

**PERFIL EMPRESARIAL
POR DIMENSÃO (PT), 2023**

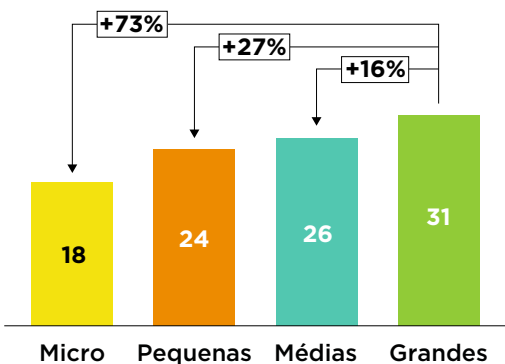


e 16% acima das médias, além de proporcionarem também mais benefícios aos seus colaboradores, como pacotes formativos e de desenvolvimento pessoal, seguros de saúde, entre outros. Esta realidade leva a que as grandes empresas tenham maior facilidade na atração, retenção e desenvolvimento de talento.

Neste contexto, a existência de mais empresas de maior dimensão em Portugal teria um efeito multiplicador na economia nacional, através do emprego e do rendimento disponível das famílias.

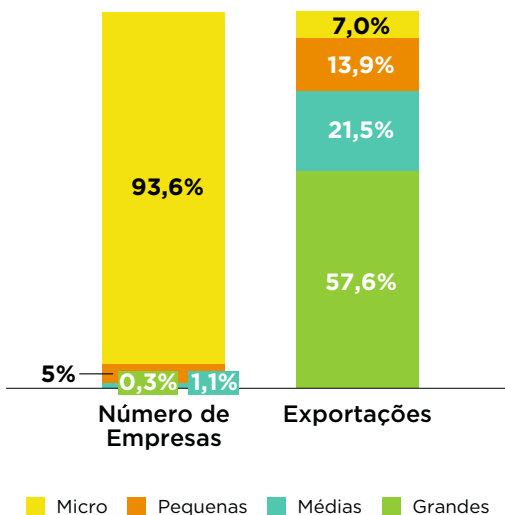
GASTO MÉDIO POR COLABORADOR, 2023

MILHARES DE EUROS



Por outro lado, as empresas com maior dimensão têm mais capacidade de se internacionalizar e de competir nos mercados internacionais, quer pela via das exportações, quer por presença direta, enquanto as pequenas empresas têm mais dificuldades em

PERFIL EMPRESARIAL POR DIMENSÃO (PT), 2023



expandir-se para além de Portugal. Isso fica evidente quando percebemos que as grandes empresas (0,3% do total de empresas do país) representam 58% das exportações totais, e as médias empresas representam 22%.

Num contexto particularmente desafiante em que a economia europeia está sob pressão para se manter relevante no longo prazo, é crítico termos empresas competitivas no panorama global.

Por fim, empresas com maior dimensão têm maior capacidade de financiamento e mais capitais próprios para investirem e inovarem, o que é crítico para o crescimento e para



Apenas empresas com escala relevante terão capacidade para endereçar os exigentes desafios de investimento para a transição energética e tecnológica

o desenvolvimento sustentável das empresas, da economia e da sociedade. Como referido no Relatório Draghi, a Europa tem de apostar no investimento e inovação ao nível das empresas e dos Estados, como forma de se manter competitiva. Os próximos anos trazem uma exigência muito elevada de

investimento ao nível da transição energética e tecnológica (cibersegurança, digitalização, inteligência artificial), e apenas as empresas com uma escala relevante terão capacidade de endereçar esses desafios, como também destacado no mesmo Relatório.

É importante aproveitarmos o bom momento da economia nacional para que as empresas possam crescer e ganhar a competitividade necessária para enfrentar desafios futuros, sendo absolutamente crítico apoiar e criar as condições para que as empresas possam crescer, de micro para pequenas, de pequenas para médias, e de médias para grandes. ●



2

CORRIGIR O ENORME DIFERENCIAL DE INVESTIMENTO PRODUTIVO PARA IMPULSIONAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO

As necessidades de investimento na Europa estão diagnosticadas e são bem conhecidas. O Relatório Draghi chama a atenção para esta questão e para a disparidade entre o esforço e a taxa de investimento nos EUA face à União Europeia. Draghi estima que nos próximos 5 anos sejam necessários investimentos anuais adicionais que rondam os 4,5% do PIB europeu, cerca de 750-800 mil milhões de euros anuais, por forma a financiar a transição energética, a tornar a Europa líder em tecnologias emergentes, a fortalecer as suas capacidades de defesa e segurança, e a impulsionar a produtividade através da inovação.

Desde a crise financeira internacional, o gap entre o ritmo de investimento produtivo privado na UE e nos Estados Unidos tem vindo a aumentar, não sendo colmatado pelo investimento público que, como vimos em anteriores Snapshots, se encontra também num nível muito baixo na maior parte dos países europeus. No Relatório Draghi são referidos dois pontos relevantes. Por um lado, evidencia-se a importância de haver mais investimento. Por outro lado, também se destaca a necessidade de mais investimento público, dado que se demonstra que este constitui uma alavanca para o investimento privado.

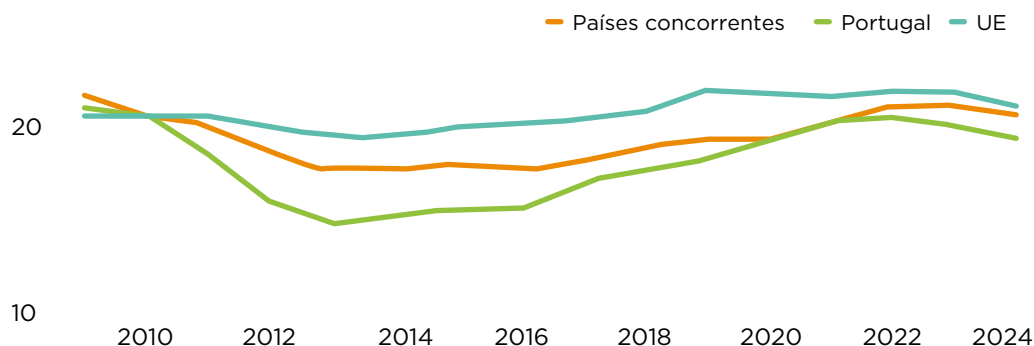
Em Portugal, o investimento privado, em 2024, situou-se em 16% do Produto Interno Bruto (PIB), que compara com 18% da média da União Europeia, sendo o 4º nível mais baixo no grupo dos países concorrentes do Comparar para Crescer. No que diz respeito ao investimento público, o posicionamento é

O investimento português, privado e público, tem sido muito insuficiente. Nos últimos 15 anos, o diferencial negativo de investimento de Portugal face à média da UE, em proporção do PIB, ultrapassou os 40%

ainda notoriamente mais desfavorável, dado que, em 2024, Portugal se posiciona como o pior entre esses países comparáveis, a par com Espanha, com apenas 3% do PIB; contrastando, por exemplo, com Estónia com 7,3%, Eslovénia com 5,2% e Polónia com 5%.

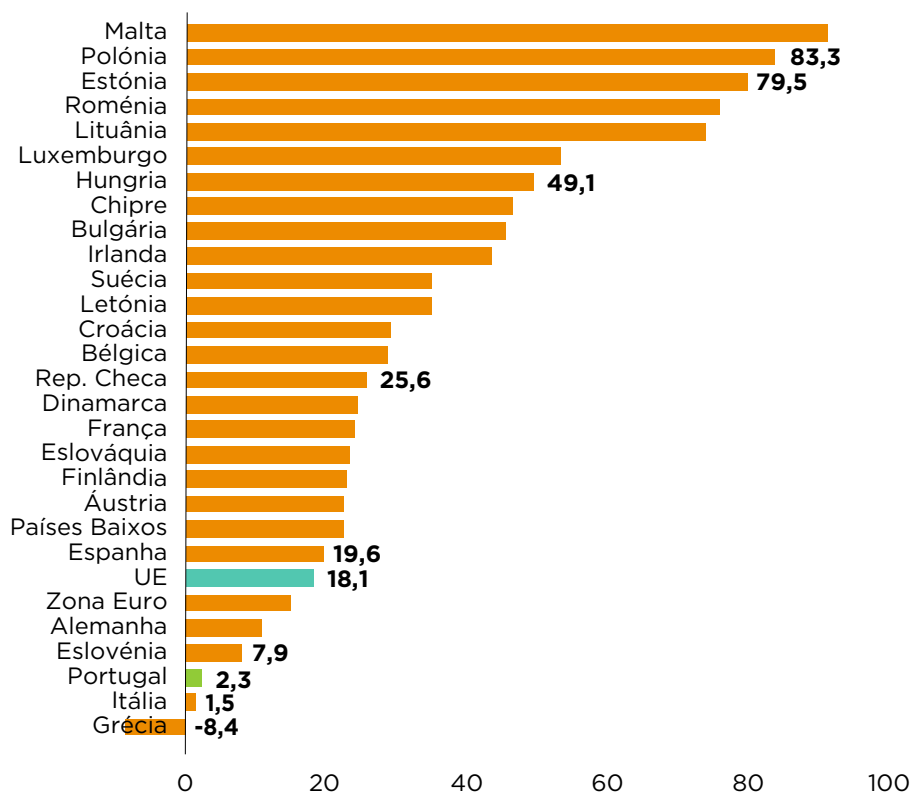
Se analisarmos o diferencial de investimento total nos últimos 15 anos, podemos aferir que o efeito acumulado é superior a 40% do PIB, um gap de investimento extremamente significativo quando comparamos os números de Portugal com os da média da UE.

INVESTIMENTO TOTAL EM % DO PIB



VARIAÇÃO ACUMULADA DO STOCK LÍQUIDO DE CAPITAL DESDE 2008 (EM %)

Fonte: AMECO



Analisando o valor dos ativos fixos da economia portuguesa utilizados nos processos produtivos - stock de capital em termos reais (i.e. a preços constantes) - observa-se que este está praticamente estagnado desde a crise financeira internacional, sendo fator condicionante da capacidade de produção no futuro. Significa isto que o investimento realizado tem sido insuficiente para colmatar a erosão desse capital. A situação de Portugal contrasta grandemente com todos os

restantes países europeus (com exceção de Itália e Grécia). Recorde-se que os ativos fixos aumentam a produtividade marginal do trabalho, incorporam o progresso tecnológico e são um meio complementar essencial ao trabalho desenvolvido pelas pessoas, sendo um elemento sempre presente nos modelos de crescimento económico.¹

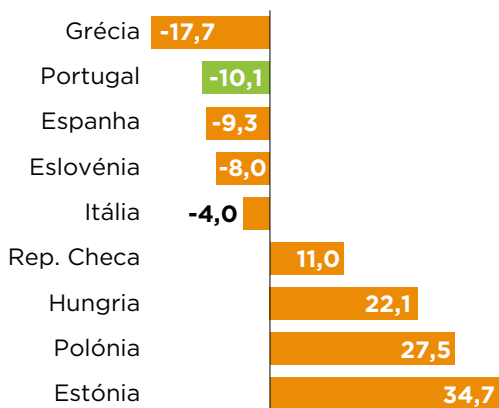
¹ Fonte: Banco de Portugal (BdP) - Stock de Capital na economia portuguesa (CSE), João Amador

Desde 2015, o stock de capital por trabalhador em Portugal decaiu 10% implicando um impacto negativo para a produtividade

Este diagnóstico, preocupante em termos estruturais, é confirmado pela análise comparativa da evolução do capital por trabalhador em Portugal. Em 2023, estima-se que este indicador tenha ficado cerca de 10% abaixo dos valores observados em 2015 (adotado como o ano base), sendo o segundo pior desempenho entre os países concorrentes e contrastante com alguns desses países, designadamente, República Checa, Hungria, Polónia e Estónia. Esta evolução acaba por estar em linha com a perceção existente de uma especialização da economia portuguesa em atividades com mais mão de obra incorporada e baixa produtividade.

STOCK DE CAPITAL POR TRABALHADOR VARIÇÃO DESDE 2015 (EM %)

Fonte: AMECO

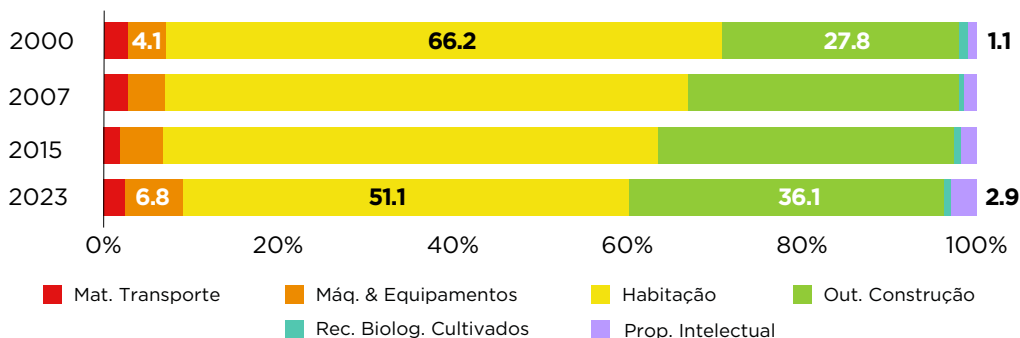


Apesar do reduzido investimento em Portugal, observa-se uma evolução recente do stock de capital, refletindo uma transição para uma economia potencialmente assente numa especialização com mais tecnologia incorporada, em que o peso da propriedade intelectual mais do que duplicou desde

STOCK DE CAPITAL POR SETOR (VOLUME)

Fonte: BPI Resarch com base em dados do BdP

% DO TOTAL



2000, e onde perde terreno o investimento, por exemplo, em materiais de transporte e habitação. Adicionalmente, embora ainda pouco expressivo, há também um aumento no capital com carácter mais produtivo (máquinas e equipamentos), que representa cerca de 7% do stock de capital, quando em 2000 era apenas de 4%.

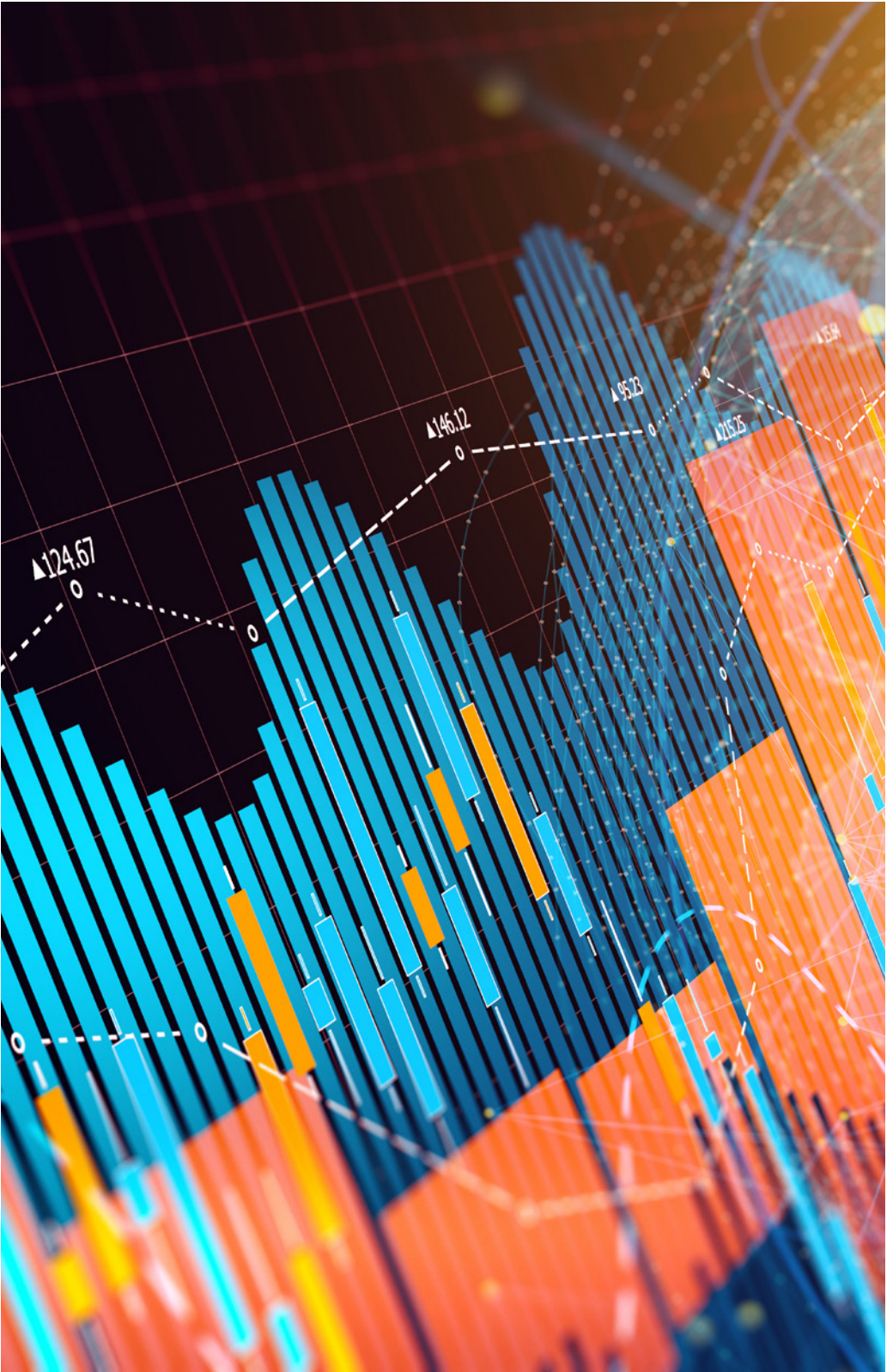
Importa recordar os principais impactos nas economias da UE que seriam induzidos pelo choque de investimento proposto por Draghi. Sendo o gap de investimento português superior ao da UE, estes impactos seriam potencialmente superiores no caso de Portugal:

- Resultaria num crescimento adicional do PIB em cerca de 6% em 15 anos.
- Dado que este investimento adicional sustentado de 5% do PIB se trataria de um choque de procura, e que a oferta ajusta de forma mais lenta, isso teria efeitos inflacionários, mas passageiros, não estruturais.
- Seriam necessários incentivos fiscais para impulsionar o investimento privado, para além de investimento feito diretamente pelos Estados. Mesmo com mercados de capitais mais integrados seria difícil que surgisse por si só o estímulo que se estima ser necessário de investimento privado adicional para colmatar os gaps enunciados.

Mais investimento produtivo, privado e público, é crítico para a competitividade de Portugal. Como propõe Draghi para a Europa, um choque de investimento

- As intervenções fiscais, incentivos, subsídios ao investimento, e aumento dos gastos públicos, implicariam uma deterioração temporária dos saldos orçamentais.
- Antecipar-se-ia como resultado, um impulso significativo na produtividade, que aliviaria os efeitos adversos nas finanças públicas, estando também associada ao pacote de investimento e a reformas complementares. Refira-se que o FMI estima que a produtividade total dos fatores seja presentemente 20% superior nos EUA face à União Europeia.

É urgente realizar mais investimento produtivo em Portugal, privado e público, para acelerar o crescimento económico do país, para aumentar a produtividade e a inovação, para que Portugal se posicione de forma distintiva na transição tecnológica e na transição energética. ●



3

FORTALECER O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO ATRAVÉS DA IMPORTÂNCIA DO TALENTO, INVESTIMENTO E COLABORAÇÃO

A inovação é o motor fundamental para o crescimento económico e a produtividade, mas Portugal tem enfrentado desafios significativos neste domínio. Durante as duas primeiras décadas do século XXI, o país tem registado um crescimento abaixo da média europeia, afastando-se dos países mais inovadores da União Europeia. Ao mesmo tempo, a própria UE tem perdido terreno para os Estados Unidos e a China, comprometendo a sua posição global na economia do conhecimento.

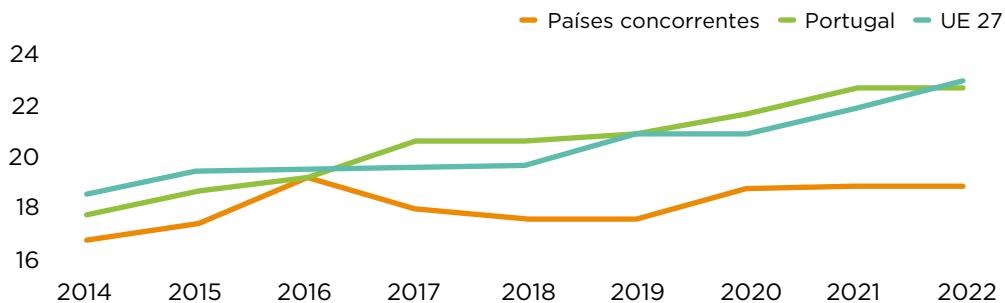
Portugal falhou na primeira revolução digital e continua a apresentar lacunas na sua capacidade de geração e escalabilidade de novas empresas tecnológicas. Este problema é agravado por uma estrutura empresarial dominada por micro e pequenas empresas (94% das empresas são microempresas



conforme referido no capítulo 1) o que limita a capacidade de investimento, internacionalização e colaboração estratégica. O resultado é uma economia menos dinâmica, com baixa intensidade de investimento em I&D e insuficiente articulação entre PMEs, grandes empresas e universidades. Com o agravamento da crise demográfica e a necessidade de aumentar a produtividade, torna-se urgente apostar na inovação como estratégia de competitividade e crescimento.

O ecossistema de inovação precisa de três elementos essenciais para funcionar de forma eficiente. O primeiro é o talento. Portugal tem uma posição relevante na formação de **licenciados em STEM**, estando alinhado com a média da União Europeia e situando-se bem acima dos seus países concorrentes

LICENCIADOS EM STEM (POR 1.000 HABITANTES)

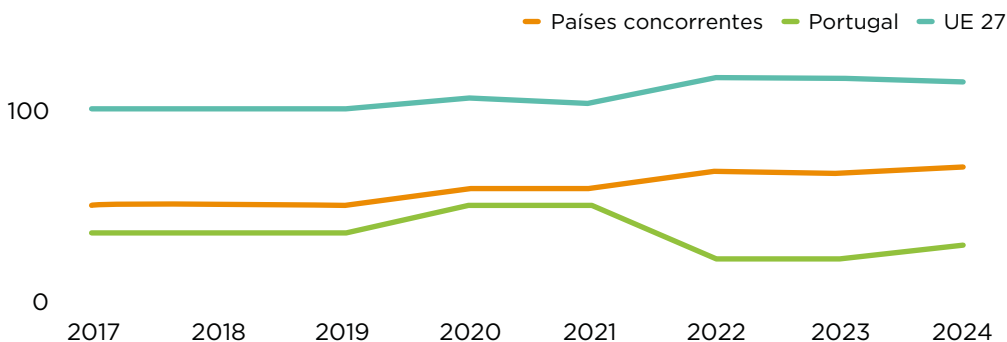


e com um crescimento assinalável na última década, com 23 licenciados em STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) por 1.000 habitantes em 2022. Este fator deveria constituir uma vantagem competitiva para a economia nacional, assegurando uma base de conhecimento qualificada para impulsionar a inovação. No entanto, sem um ambiente económico dinâmico que apresente oportunidades de desenvolvimento aos jovens licenciados, – que seja propício à retenção e valorização deste talento –, o país continuará a enfrentar dificuldades na transição deste capital humano para

setores de maior valor acrescentado. Para além disso, a estrutura empresarial nacional, fortemente composta por empresas de pequena dimensão e baixa intensidade tecnológica, levanta desafios acrescidos à valorização do talento, pois limita o número de oportunidades em setores com maior capacidade para absorver perfis qualificados.

O segundo elemento crítico é o investimento em inovação. Um dos principais indicadores desta dimensão são as despesas em inovação por trabalhador, que medem o montante financeiro

DESPESAS EM INOVAÇÃO POR COLABORADOR



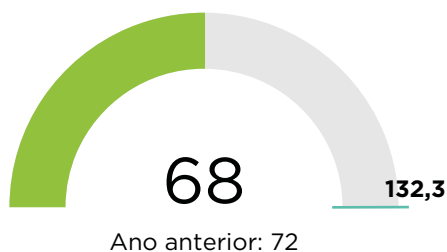
Portugal forma talento qualificado, mas continua a investir pouco em inovação, limitando a sua transição para setores de maior valor acrescentado

investido diretamente pelas empresas em atividades de inovação, considerando empresas de todas as dimensões. O valor é ajustado pelo poder de compra

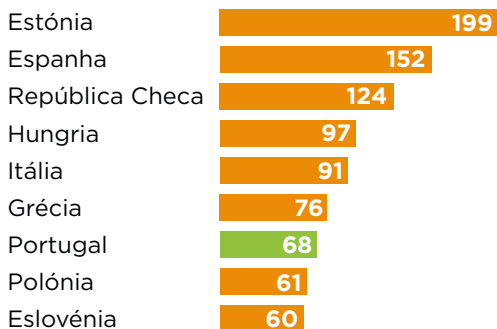
(PPS), o que permite comparações internacionais mais justas. Em 2024, Portugal apresentava um valor de 36,4 unidades de PPS, face a uma média da União Europeia de 113,5 unidades de PPS, o que significa que o investimento médio em Portugal corresponde a apenas cerca de 32% do nível médio europeu. Trata-se do valor mais baixo entre os países concorrentes, refletindo um nível reduzido de investimento empresarial em inovação por colaborador.

DESPESAS DE CAPITAL DE RISCO (2024)

PORTUGAL VS. UE (% do PIB)



PAÍSES CONCORRENTES



Este fraco desempenho, a que não é alheio o baixo peso de grandes empresas no emprego em Portugal referido no capítulo 1, evidencia a reduzida capacidade das empresas portuguesas para financiar inovação, o que compromete o desenvolvimento de novos produtos, processos e modelos de negócio que promovam a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas e do país. Com um nível tão reduzido de despesa em inovação, Portugal enfrenta dificuldades em acompanhar economias mais competitivas e corre o risco de perpetuar um modelo de crescimento assente em setores de menor valor acrescentado.

O baixo dinamismo na criação de novas empresas inovadoras está também refletido no reduzido volume de capital de risco disponível. Este indicador representa o investimento em fundos de capital de risco como percentagem do PIB. Em 2024, Portugal apresentava um valor de 0,068% do PIB, substancialmente abaixo

Nota: valores reais sobre investimento em capital de risco em % do PIB multiplicados por 1000 para facilitar a leitura gráfica

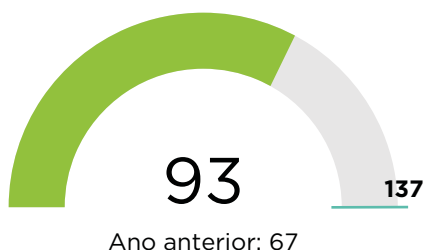
da média da União Europeia, que se situa nos 0,132%, e significativamente atrás de países como Espanha ou Estónia. Este tipo de financiamento é crucial para empresas em fases iniciais de crescimento e com elevado potencial tecnológico, que muitas vezes não têm acesso a financiamento bancário tradicional.

Para além disso, de acordo com a CB Insights e a Invest Europe, se compararmos valores totais de investimento globais da UE com os EUA, o investimento total nos EUA é 8,7x superior (113 mil milhões de euros vs. 13 mil milhões de euros). Esta disparidade demonstra a dificuldade das empresas portuguesas (bem como das europeias de forma mais transversal) em captar financiamento para inovação, limitando a sua capacidade de crescimento e escalabilidade no mercado global. Sem um setor de capital de risco robusto, o ecossistema de inovação português continuará a depender excessivamente de financiamento público ou de instrumentos financeiros menos ágeis, colocando o país numa posição de fragilidade face aos seus concorrentes.

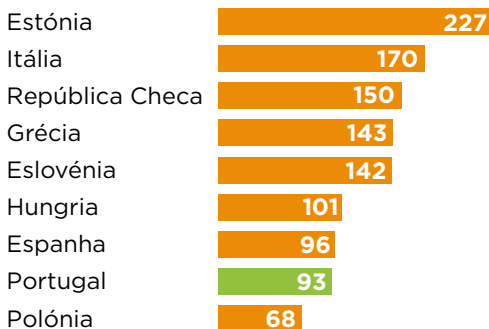
O terceiro elemento essencial para um ecossistema de inovação dinâmico é a [colaboração entre as PMEs e outros stakeholders](#). A inovação não acontece em isolamento, e a cooperação entre empresas, universidades e centros de investigação é fundamental para potenciar o fluxo de conhecimento e acelerar o desenvolvimento de novas

INOVAÇÃO DE PMEs EM COLABORAÇÃO COM OUTROS STAKEHOLDERS (2024)

PORTUGAL VS. UE (% de PMEs)



PAÍSES CONCORRENTES



Nota: valores reais sobre % de PMEs multiplicados por 10 para facilitar a leitura gráfica

tecnologias. No entanto, Portugal apresenta um desempenho fraco neste indicador: apenas 9,3% das PMEs colaboram em inovação com outras entidades, face a uma média da União Europeia de 13,7%. Este resultado posiciona Portugal claramente abaixo de países concorrentes como a Eslovénia, Grécia, República Checa, Itália e, sobretudo, a Estónia, onde mais de 20% das PMEs estabelecem colaborações tendo em vista a inovação. Esta lacuna reflete



a dificuldade das PME's portuguesas em estabelecer parcerias estratégicas, limitando a sua capacidade de absorver inovação e de escalar no mercado global. Num contexto onde a inovação aberta e a partilha de conhecimento são fatores críticos para a competitividade, esta falta de cooperação coloca Portugal numa posição de desvantagem estrutural face a economias mais conectadas e colaborativas.

Para além disso, a nova era da inovação é e será marcada pela ascensão da Inteligência Artificial (IA), que está a remodelar profundamente a forma como as empresas operam e os países competem. O Relatório Draghi e a Bússola para a Competitividade da UE sublinham a importância estratégica

Portugal deve acelerar o investimento em IA e tecnologias emergentes, e assim contribuir para o aumento de produtividade e competitividade do país

da inovação e da digitalização como motores do crescimento económico na Europa, destacando a necessidade de maior investimento e de políticas públicas que incentivem a adoção de tecnologias emergentes. Nesse sentido, a UE anunciou um investimento de 200 mil milhões de euros em programas de IA, valor que fica ainda assim muito aquém do apresentado pelos EUA que planeiam alocar 500 mil milhões

de dólares a esta tecnologia, sendo que estes investimentos demonstram a importância da IA na revolução produtiva global.

Embora Portugal já disponha de uma base de STEM alinhado com a média da União Europeia, infraestruturas avançadas de computação, como o supercomputador na Universidade do Minho, é crucial continuar a investir para explorar plenamente o potencial da Inteligência Artificial. Para aumentar a produtividade de forma significativa, será necessário intensificar os investimentos em tecnologias emergentes, atualizar continuamente as infraestruturas e reforçar a formação e retenção de talento, aproveitando as oportunidades da União Europeia e outras iniciativas internacionais.

O nosso país apresenta um potencial significativo em termos de qualificações e talento, mas enfrenta desafios que limitam a capacidade de traduzir este potencial em crescimento económico sustentável. Apesar da presença de talento STEM e de algumas infraestruturas tecnológicas avançadas, o investimento em I&D, tanto a nível geral como nas empresas, continua abaixo do necessário (conforme referido no 2º Snapshot do Comparar para Crescer). A economia portuguesa assenta maioritariamente em empresas de pequena dimensão e com reduzida capacidade de absorver e aplicar conhecimento tecnológico de forma sistemática.

Portugal só será verdadeiramente competitivo se colocar a inovação no centro da sua estratégia e reforçar todo o ecossistema que a suporta

Como tal, a menor presença de grandes empresas em comparação com outros países europeus limita a capacidade de mobilizar recursos para inovação e para a colaboração entre empresas, especialmente com as PME, que têm mais dificuldades em gerar parcerias estratégicas. Embora faça parte da União Europeia e tenha acesso a fundos e programas de apoio à inovação, a estrutura económica nacional tem de desenvolver maior capacidade para aceder e alavancar esses recursos de forma eficaz.

Estes fatores e a necessidade de uma maior cultura de colaboração entre o ecossistema empresarial, são áreas cruciais que necessitam de atenção para que Portugal consiga acelerar a sua transição para um país mais inovador e competitivo. A inovação não pode ser encarada apenas como um objetivo setorial, devendo estar no centro da estratégia económica nacional. A transição para um modelo de inovação mais dinâmico exige ainda um compromisso firme com o ecossistema de inovação, o fortalecimento do capital de risco e a criação de um ambiente propício à adoção de tecnologias disruptivas. ●

4

PROMOVER A REDUÇÃO DO “GARROTE FISCAL” COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL PARA A ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTO

Portugal enfrenta um desafio estrutural na atração e retenção de talento, num contexto de crescente mobilidade internacional e competição por trabalhadores qualificados. Nos últimos anos, a elevada carga fiscal sobre o trabalho – o “garrote fiscal”, medida pelo Tax Wedge², tem sido um fator determinante para a saída de profissionais qualificados, para a menor capacidade do país em atrair talento estrangeiro (sem ser através de benefícios fiscais específicos, que têm sido um importante fator de atração de talento português anteriormente emigrado, bem como de talento estrangeiro), para a maior especialização da economia em funções de baixo valor, e finalmente, para a falta de competitividade internacional das empresas nacionais. A combinação de

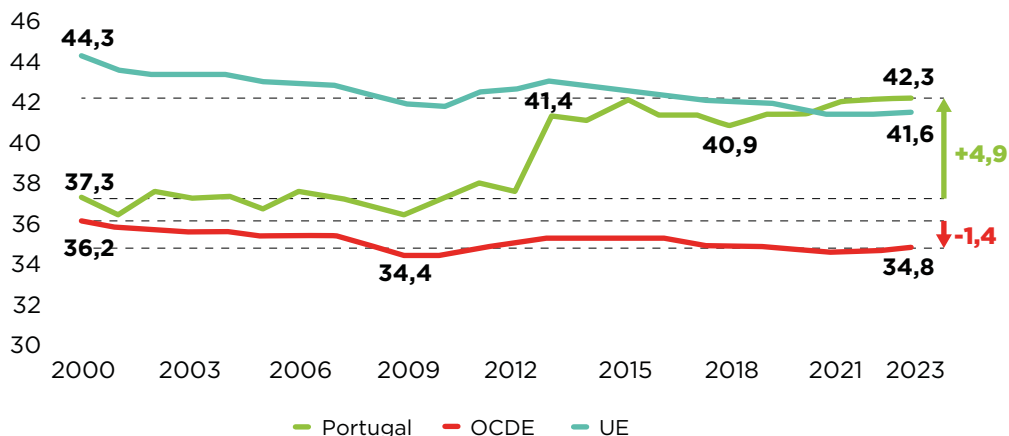
A carga fiscal sobre o trabalho afasta o talento e limita a competitividade das empresas - é urgente alinhar o Tax Wedge com os nossos concorrentes

impostos sobre o rendimento e contribuições para a segurança social coloca Portugal entre os países da OCDE com maior carga fiscal e para fiscal sobre o trabalho, reduzindo a competitividade do mercado laboral nacional.

Atualmente, o Tax Wedge em Portugal é de 42,3%, o oitavo mais elevado da OCDE e significativamente acima da média, que se situa nos 34,8%, estando também acima da média da União Europeia. Além disso, ao contrário da tendência de descida observada na OCDE e na UE nas últimas duas décadas, Portugal tem registado um aumento da carga fiscal sobre o trabalho, passando de 37,3% em 2000 para os atuais 42,3%, um crescimento em contraciclo com os principais parceiros económicos. Este agravamento ocorreu particularmente a partir de 2013, coincidindo com períodos de ajustamento económico, tendo ainda aumentado nos anos seguintes.

² O tax wedge é percentagem do custo total do trabalho que é absorvida por impostos e contribuições sociais, refletindo a diferença entre o que a empresa paga e o que o trabalhador recebe.

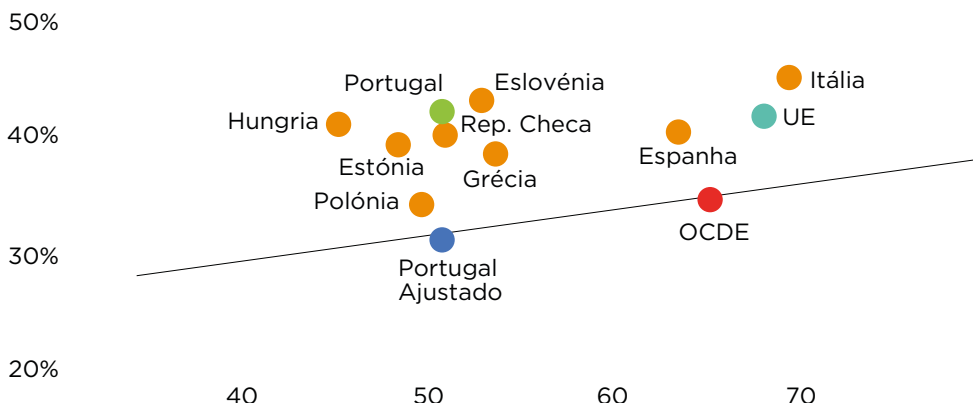
GARROTE FISCAL (% DOS CUSTOS LABORAIS), 2000-2023



Na OCDE é possível identificar uma tendência estatística na qual taxas mais elevadas estão correlacionadas com maiores níveis de rendimento. No entanto, apesar ter uma das maiores taxas da OCDE (8ª posição em 38 países), Portugal dispõe dos níveis de rendimento mais baixos estando na 28ª posição. Caso Portugal tivesse um

nível de tributação ajustado ao seu rendimento médio na OCDE, o Tax Wedge situar-se-ia nos 30,7%, uma diferença de -11,6 pontos percentuais face à realidade atual. A diferença de Portugal face a países concorrentes é também assinalável, com os 42,3% a compararem com os 34,3% da Polónia ou os 38,5% da Grécia.

GARROTE FISCAL VS. CUSTO BRUTO DO TRABALHO (1000 USD PPS), 2023



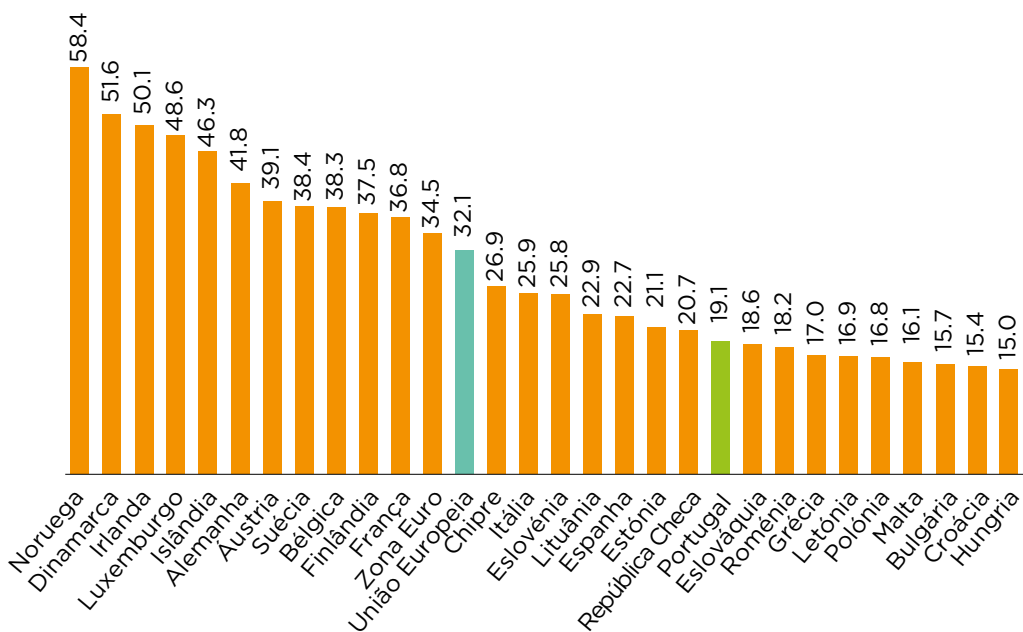
O impacto desta carga fiscal na competitividade do mercado de trabalho reflete-se diretamente na propensão à emigração, sobretudo entre os trabalhadores mais qualificados, dado que uma força de trabalho crescentemente qualificada, encontra um mercado crescentemente menos competitivo e, conseqüentemente, com menos oportunidades. Nos últimos dez anos, cerca de 10,5% da população ativa e licenciada deixou o país, uma percentagem elevada e que demonstra a dificuldade estrutural em proporcionarmos oportunidades e assim em retermos talento. A elevada tributação reduz o rendimento disponível, tornando Portugal menos atrativo face a economias concorrentes. Nos principais

destinos da emigração portuguesa, como Espanha, França, Alemanha, Países Baixos, Suíça ou Reino Unido, os trabalhadores qualificados beneficiam de níveis salariais superiores e, em alguns casos, de regimes fiscais mais favoráveis, como é o caso da Suíça, onde existe forte concorrência fiscal entre cantões para atrair talento.

O efeito do “garrote fiscal” é ainda mais evidente no setor das tecnologias de informação e comunicação (TIC), uma das áreas de maior procura global e identificada pelo Relatório Draghi como central para a transformação digital da Europa. De acordo com o Eurostat, em Portugal, o salário horário

SALÁRIO HORÁRIO (€) - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (2022)

Fonte: Eurostat



Para atrair e reter talento qualificado, Portugal precisa de ser fiscalmente competitivo para não ficar para trás

médio neste setor é de 19,1 euros, colocando o país na 21.ª posição entre os países analisados. Este valor está abaixo do praticado em países concorrentes como a Espanha, Eslovénia, Estónia, Itália e República Checa. Em países como a Alemanha que é dos principais destinos da emigração portuguesa, os níveis salariais apresentados são mais do dobro comparativamente ao nosso país, reduzindo ainda mais a capacidade de Portugal reter profissionais altamente qualificados.

O regime fiscal direcionado aos mais jovens, como o IRS Jovem, procura mitigar a elevada carga fiscal sobre o trabalho no início da carreira, mas revela limitações significativas. Embora permita uma isenção parcial do imposto ao longo de 10 anos, a sua eficácia está fortemente condicionada pelo limite salarial imposto. Em 2025, o regime aplica-se apenas até um rendimento bruto anual de 55 IAS (28.737,50 euros), o que corresponde a cerca de 2.052,68 euros brutos mensais — um valor equivalente a apenas 1,25 vezes o salário médio bruto anual. Isto significa que uma parte significativa dos jovens

mais qualificados, nomeadamente nas áreas tecnológicas, científicas ou de elevada especialização, fica excluída do benefício, limitando o seu impacto de forma significativa.

Esta configuração faz do IRS Jovem uma oportunidade semi-perdida, num momento em que a concorrência internacional por talento qualificado se intensifica. A redução do “garrote fiscal” surge, por isso, como uma prioridade estratégica para atrair e reter talento em Portugal. Medidas como a redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, a reforma do sistema de contribuições para a segurança social e a criação de incentivos fiscais eficazes e ajustados aos níveis salariais reais dos profissionais qualificados são essenciais para garantir um mercado de trabalho mais competitivo.

No atual contexto de transformação global do trabalho e crescente mobilidade de profissionais qualificados, Portugal precisa de alinhar as suas políticas fiscais com as melhores práticas internacionais, assegurando que o talento encontra condições competitivas no país para prosperar e contribuir para o crescimento económico. Sem trabalhadores qualificados, as empresas portuguesas acabam por especializar-se em segmentos de menor valor acrescentado, comprometendo a capacidade do país gerar riqueza e prosperar numa economia cada vez mais baseada no conhecimento. ●

5

APOSTAR NA COMPETITIVIDADE DO SECTOR ENERGÉTICO PARA REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO PAÍS



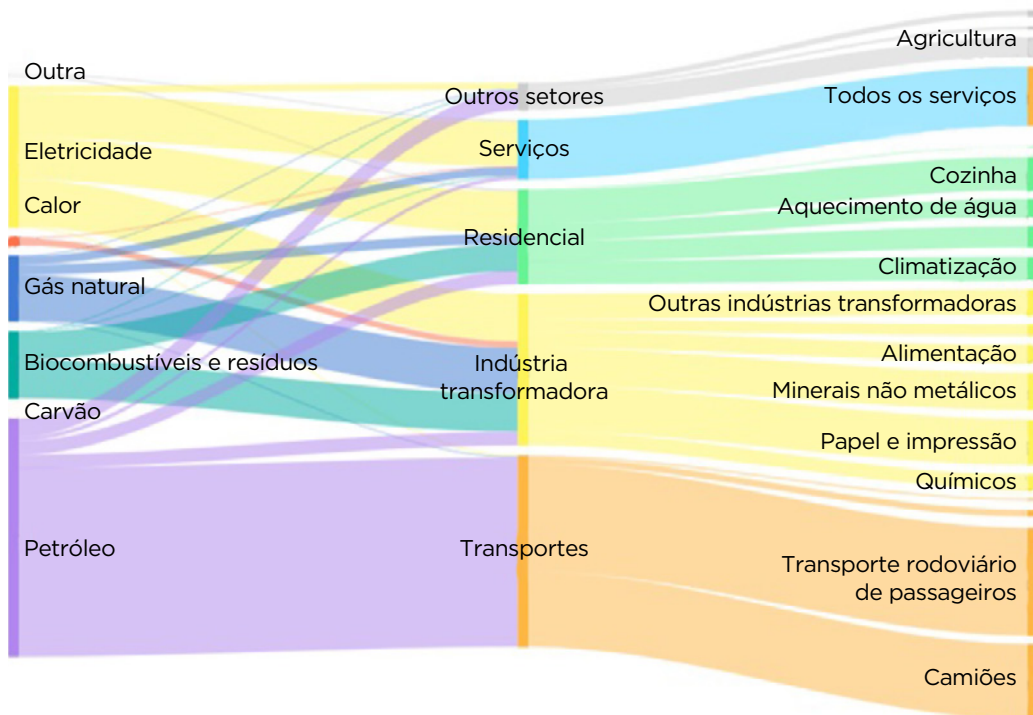
É um facto incontornável que qualquer atividade económica depende, em parte, da transformação de energia em bens e serviços, pelo que a energia é um fator muito relevante na competitividade das economias. E não são apenas os setores eletrointensivos para quem a competitividade energética é relevante, uma vez que todas as atividades integram energia.

Há diversas fontes de energia, com diferentes utilizações por setor de atividade. Em Portugal, os transportes são o maior consumidor de energia, com 37% do consumo total em 2023, essencialmente de petróleo. A indústria representa 25% e os serviços 15% do consumo total de energia, com uma preponderância da eletricidade. Embora na indústria as fontes de energia sejam muito diversificadas, para além da eletricidade, também o gás natural é relevante (mais de 20% das fontes utilizadas), tal como a biomassa, o petróleo, entre outras fontes. O esquema que segue da Agência Internacional de Energia (AIE) permite visualizar as fontes de energia em Portugal e as suas aplicações.

A competitividade energética é, pois, pilar essencial para o desenvolvimento das economias e para a criação de riqueza. Importa não só garantir custos competitivos e estáveis, como a disponibilização de energia, em diversidade e em quantidade, para todas as atividades. Para tal, é crítico assegurar capacidade de produção, de armazenamento, e redes de distribuição.

FONTES DE ENERGIA FINAL POR TIPOS DE USO EM PORTUGAL, 2022 (PJ)

Fonte: AIE



A competitividade energética é crítica para todas as atividades económicas, sendo essencial o fornecimento de energia, em diversidade, quantidade e qualidade, com preços adequados e estáveis

Também o Relatório Draghi destaca a relevância da energia para a competitividade europeia, referindo a situação desfavorável de partida da Europa, em que as empresas enfrentam preços de eletricidade 2 a 3 vezes superiores aos

dos EUA, e de gás natural 4 a 5 vezes mais elevados. Tal deve-se ao facto de a Europa ter menos recursos naturais e um fraco poder de negociação coletiva, impactando não apenas nos custos energéticos, como também na sua grande volatilidade. Acresce o insuficiente e lento investimento em energias renováveis e em redes, com processos de licenciamento morosos, e regras de mercado que impedem as indústrias e as famílias de capturar todo o valor da energia limpa, também penalizado por uma elevada carga fiscal sobre os preços da energia, quando comparado com outras partes do mundo.

A diversificação das fontes de energia em Portugal, desde logo através de fontes renováveis endógenas, tem vindo a reforçar a estabilidade e a resiliência do sistema energético português e a diminuir a dependência de combustíveis fósseis, sujeitos a flutuações de preços no mercado internacional. A produção nacional de energia a partir de fontes renováveis representou quase 30% da energia disponível no país em 2023, e 71% da energia elétrica. Este maior contributo das fontes endógenas é visível na redução nas últimas décadas do indicador de **dependência energética**, que mede a proporção de energia importada face ao seu consumo no país.

Portugal tem melhorado o mix energético, com renováveis, e também, a eficiência no consumo de energia, mas há ainda diversos desafios a endereçar

De facto, o crescimento das energias renováveis e a diversificação do mix energético é notável, mas há desafios que necessitam de soluções viáveis e em maior escala, nomeadamente, na geração, no armazenamento, na distribuição e na interligação entre as várias “ilhas energéticas” que existem

EVOLUÇÃO DA DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DE PORTUGAL (EM %)

Fonte: DGEG e Eurostat



na UE, entre as quais a Península Ibérica. Portugal é ainda o 11º país com a maior dependência energética da União Europeia, tendo-se situado em 2023 acima da média da UE em 8,6 pontos percentuais.

Para além da diversificação de fontes de energia, Portugal tem também conseguido melhorar a sua eficiência energética, como demonstra a redução da **intensidade energética** – quantidade de energia necessária para produzir uma unidade do Produto Interno Bruto, ajustado pelo padrão de poder de compra (PPS) – que em 2023 foi de 70,13 toneladas equivalentes a petróleo (tep) por milhão de euros do PIB, 10% abaixo da média da União Europeia. O principal impulsionador desta melhoria em Portugal, tem sido a eficiência energética conseguida na indústria, refletindo na última década uma redução superior a 15% na intensidade energética deste setor.

INTENSIDADE ENERGÉTICA (KG DE PETRÓLEO POR MIL EUROS DE PIB EM PPS), 2023

PORTUGAL VS. UE



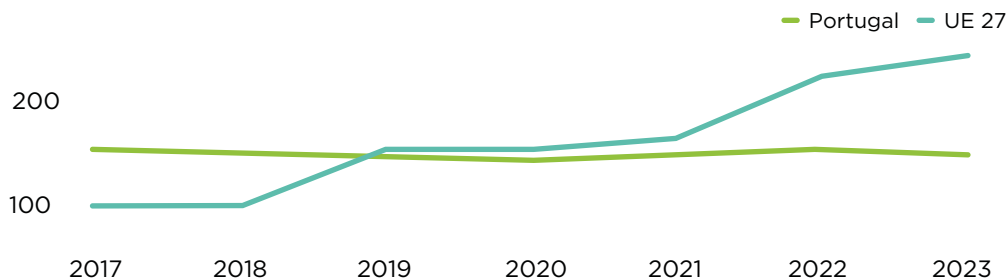
Vamos focar agora no mercado de eletricidade em Portugal que, como vimos acima, representa a principal fonte de energia utilizada na produção de bens, com mais de 30% do consumo total da indústria. A sua estrutura de clientes divide-se entre o residencial e o empresarial, de produção de bens ou prestação de serviços, onde se distinguem empresas de diversas escalas, desde micro a grandes empresas, com distintos níveis de consumo de energia elétrica (EE) e distintos preços (bandas de consumo).

De acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), o consumo anual entre 20 e 500 MWh, designado banda IB, foi o mais representativo do consumo industrial de eletricidade em Portugal em 2023, com cerca de 27%, tendo registado nesse ano um preço de eletricidade excecional, o 3º melhor preço total (incluindo taxas) da UE. No entanto, tal deveu-se essencialmente à contribuição extraordinária dos CIEG - Custos de Interesse Económico Geral - que apresentaram valores negativos, traduzindo-se num benefício para o sistema elétrico. Até 2021, Portugal apresentava uma situação menos competitiva de preços de eletricidade no panorama europeu, sendo que nesse ano, para a mesma banda de consumo, registou o 18º pior preço da UE.

Note-se que os **preços totais de eletricidade** para os consumidores finais integram, para além do preço comercial,

PREÇO TOTAL DA ELETRICIDADE (SEM IVA) PARA CONSUMO ANUAL ENTRE 20 E 500 MWh (BANDA IB)

EURO / MWh



tarifas de rede e taxas diversas, que incluem os CIEG, custos de política energética e de interesse económico geral, sendo a sua principal componente resultante do diferencial de preços de mercado e custos garantidos a produtores de energia renovável e não renovável (cogeração) em regime especial.

**CIEG (€/MWh)
INSTALAÇÕES EM ALTA TENSÃO**

2021	2022	2023	1S 2024	2S 2024	2025
18,8	-16,4	-36,7	4,0	11,3	9,6

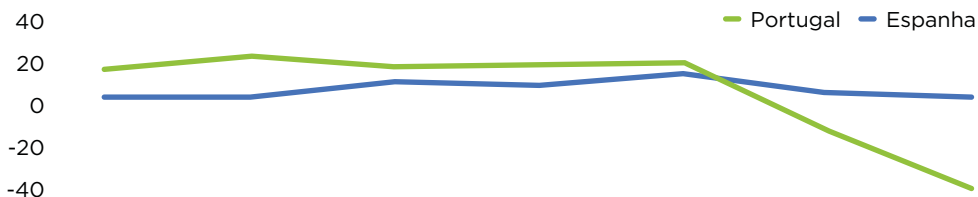
Esta excecionalidade dos CIEG, com impacto favorável nos preços de 2022 e 2023, que se aplicou a todos os padrões de consumo de eletricidade, deixou de se verificar em 2024, inclusive com um agravamento muito significativo a partir do 2º semestre desse ano.

Importa garantir a manutenção de um padrão de preços de eletricidade competitivos em Portugal, face ao contexto europeu, desde logo para os produtores eletrointensivos. Até 2021, as taxas totais em Portugal degradavam a competitividade do país face à União Europeia, situação que volta a verificar-se desde 2024. Veja-se que, em 2021, para uma banda de maior consumo, banda IF entre 70 e 150 MWh, o país registou o 20º pior nível de taxas sobre EE, mais 33% face à vizinha Espanha. Esta situação é ainda agravada pelos custos de acesso à rede, que para maiores consumidores de energia elétrica são mais do dobro desses custos em Espanha.

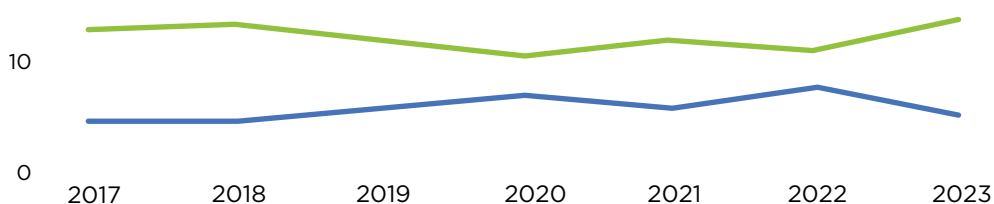
Como exemplificado, as taxas introduzem imprevisibilidade nos preços de energia elétrica e prejudicam a competitividade energética de Portugal face à UE, que apresenta uma situação desfavorável face aos blocos geográficos competidores. Refere o Relatório Draghi

TAXAS E CUSTOS DE REDE PARA CONSUMO ANUAL ENTRE 70 E 150 MWh (BANDA IF)

TAXAS, EURO / MWh



CUSTOS DE REDES, EURO / MWh



que os elevados impostos e rendas aumentam os custos da energia para a economia europeia e impedem as empresas, e as famílias, de captarem todos os benefícios das energias renováveis. Tal fenómeno é agravado pelo mecanismo marginalista de construção do preço na maior parte dos países europeus e em Portugal, em que formas mais caras de produção de eletricidade, a partir de gás, determinam o preço sem representatividade do custo efetivo de produção elétrica. Como apurado por Draghi, em 2022, em Portugal, a produção de eletricidade a partir de gás natural foi inferior a 40%. No entanto, cerca de 95% do preço da eletricidade foi determinado a partir dessa produção, com impacto muito desfavorável para os consumidores.

Para enfrentar os desafios de competitividade da UE, o Relatório recomenda prosseguir com dois objetivos em paralelo:

- O custo da energia deve ser reduzido para o utilizador final, transferindo os benefícios da descarbonização para todos os consumidores.
- A descarbonização deve ser acelerada. Para tal, todas as tecnologias e soluções disponíveis (energias renováveis, energia nuclear, hidrogénio, baterias, entre outras) devem ser aproveitadas, através da adoção de uma abordagem tecnologicamente neutra e do desenvolvimento de um sistema global eficiente em termos de custos.

Portugal tem das mais gravosas taxas e custos de redes aplicados nos preços de eletricidade face aos seus congéneres europeus, penalizando a competitividade energética do país

Contudo, a indústria europeia enfrenta objetivos de descarbonização mais ambiciosos do que os dos blocos geográficos concorrentes, que implicam custos adicionais a curto prazo. Afirma Draghi que a Europa tem de fazer escolhas sobre a forma de prosseguir o seu caminho de descarbonização, preservando simultaneamente a posição competitiva da sua indústria, e criando condições equitativas nos setores mais expostos à concorrência desleal dos blocos concorrentes que enfrentam objetivos de descarbonização mais exigentes do que tais concorrentes, incluindo a aplicação de taxas aduaneiras e outras medidas comerciais, sempre que tal se justifique.

A competitividade energética é crítica para a competitividade europeia, bem como para a competitividade de Portugal. Para uma produção cada vez mais descarbonizada e mais tecnológica, a eletricidade é uma forma fundamental de energia e essencial na nova era da Inteligência Artificial.

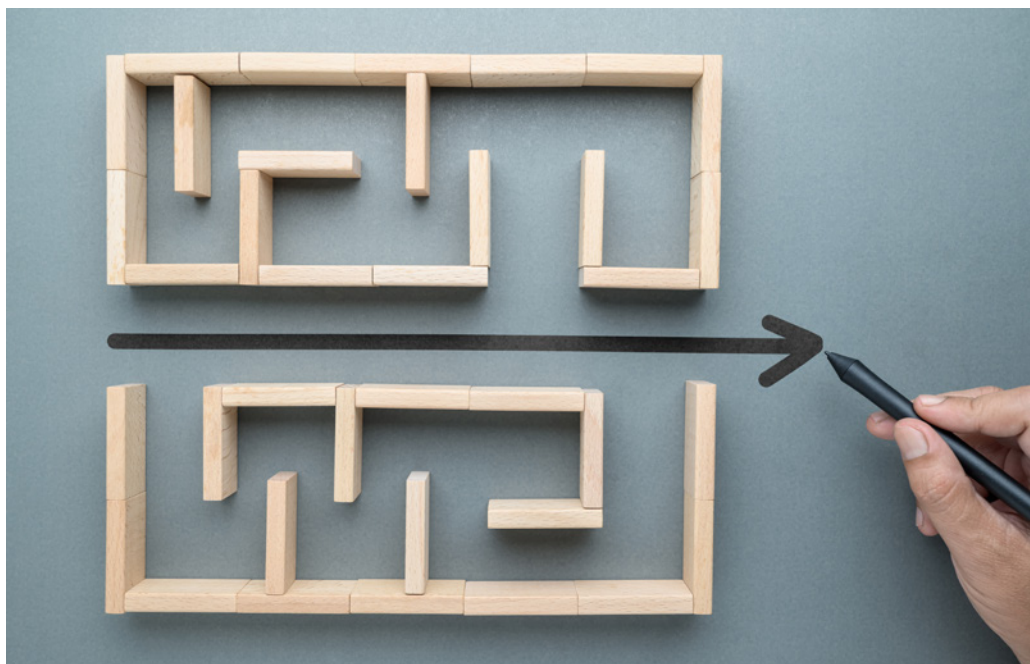
Portugal tem vindo a destacar-se positivamente no setor energético, especialmente no que diz respeito às energias renováveis. No entanto, enfrenta desafios estruturais e regulatórios que precisam de ser abordados para manter a sua competitividade a longo prazo. Entre os principais desafios podemos referir:

- Aumentar a geração energética e o seu armazenamento.
- Reduzir a intermitência e robustecer as infraestruturas e redes energéticas.
- Assegurar preços competitivos de energia, nomeadamente, adequar a sua formulação às formas efetivas de produção, e reduzir as taxas aplicadas, em linha com o praticado noutros países europeus.
- Adequar os instrumentos europeus à indústria nacional, por exemplo na aplicação da verba para compensar os custos indiretos associados às licenças de emissão de CO₂ para a indústria electointensiva, que em Portugal é bastante inferior ao permitido pela diretiva europeia, e ao praticado por outros países europeus, como por exemplo, em Espanha.
- Desburocratizar os licenciamentos, nomeadamente para novos projetos energéticos.



Portugal não pode desperdiçar a oportunidade de melhorar a sua competitividade no setor energético. Contudo, é necessário enfrentar os desafios regulatórios e investir em novas tecnologias e infraestruturas para garantir um forne-

cimento de energia previsível e competitivo. A colaboração entre setores, nomeadamente entre política energética e industrial, e a implementação de políticas públicas eficazes serão fundamentais para alcançar estes objetivos. ●



6

SIMPLIFICAR A BUROCRACIA PARA CRESCER

O excesso de burocracia é um dos principais entraves à competitividade da economia portuguesa, impondo custos administrativos elevados, dificultando o investimento porque o atrasa e/ou leva a sobrecustos não produtivos, e reduzindo a capacidade das empresas de inovar e crescer. A complexidade burocrática e os elevados custos de cumprimento afetam o investimento e a atividade económica. Embora todas as empresas sejam impactadas, os efeitos podem ser mais significativos para negócios com menor capacidade de absorver custos adicionais e incerteza. A atração de investimento, o aumento da produtividade e a criação de empregos sustentáveis beneficiam de empresas com maior escala e robustez.

EFICIÊNCIA DO GOVERNO (2024)

POSIÇÃO PT

41

Ano anterior: 43

PAÍSES CONCORRENTES

Estónia	20
República Checa	25
Portugal	41
Polónia	44
Eslovénia	46
Hungria	51
Grécia	52
Itália	57
Espanha	58

Esta realidade coloca Portugal numa posição desfavorável face a países concorrentes. No World Competitiveness Ranking do IMD e especificamente no que toca à eficiência do governo, o país ocupa a 41ª posição entre 67 países considerados em 2024, ficando atrás de vários concorrentes europeus. O indicador de eficiência do governo do IMD é um índice composto que avalia diversas dimensões relacionadas com a forma como os governos gerem os recursos públicos e promovem um ambiente propício à competitividade. A burocracia surge aqui como uma das áreas críticas avaliadas, refletindo-se, por exemplo, na carga administrativa para cidadãos e empresas, nos processos de licenciamento, na agilidade

da administração pública, ou no grau de digitalização dos serviços públicos. Esta dimensão está intrinsecamente ligada a outros fatores contemplados no indicador, como a qualidade da regulação, a transparência e eficiência fiscal, a estabilidade institucional e previsibilidade de políticas, e a capacidade de adaptação legislativa. Juntas, estas áreas ajudam a aferir o grau de eficiência do governo, sendo que a burocracia funciona como um barómetro concreto da experiência dos agentes económicos no terreno.

Apesar da melhoria comparativa face a anos anteriores, a nossa análise indica que a morosidade na obtenção de licenças, a complexidade fiscal e a incerteza legislativa continuam a ser obstáculos ao crescimento do tecido empresarial em Portugal. Em comparação, países como a Estónia e a República Checa têm avançado com políticas de simplificação regulatória que promovem um ambiente mais ágil para as empresas.

A complexidade burocrática trava o investimento e encarece a atividade económica - simplificar é vital para uma economia mais dinâmica

Num contexto europeu desafiante, o Relatório Draghi destaca que 60% das empresas europeias veem a regulação como um entrave ao investimento e 55% das PME's identificam a burocracia como um dos seus maiores desafios. Para além disso, o documento aponta ainda que, em média, a UE demora 19 meses para aprovar e implementar novas leis, o que reduz a capacidade de resposta a desafios económicos e tecnológicos. A fragmentação adicional de 27 implementações e interpretações de cada lei, aumentam ainda mais os custos de contexto de uma empresa que opere no espaço europeu com a miragem do mercado único.

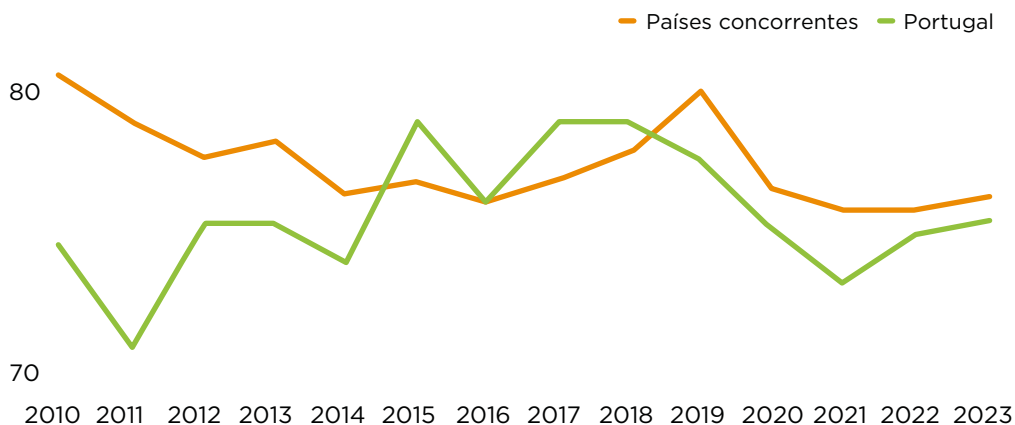
A complexidade regulatória tem também impactos na inovação e na capacidade de as empresas captarem financiamento. A burocracia excessiva, as suas dificuldades de interpretação e formas de implementação, levam as empresas europeias a procurar mercados mais flexíveis e integrados, onde encontram um quadro regulatório mais favorável à escalabilidade dos negócios. Em resposta, a Comissão Europeia lançou recentemente a Bússola para a Competitividade da UE, propondo uma redução de 25% das obrigações regulamentares para as empresas e 35% para as PME's, bem como a criação de um 28º regime para start-ups e empresas inovadoras. Esta iniciativa visa harmonizar regras dentro da UE e eliminar entraves administrativos desnecessários, promovendo a verdadeira criação de um mercado único.

A burocracia é um travão estrutural ao desenvolvimento económico. Sem simplificação, Portugal continuará a perder competitividade face aos países concorrentes

No que toca a Portugal, e apesar de iniciativas como o programa *Simplex*, que têm procurado reduzir a carga burocrática, o país ainda enfrenta desafios significativos para melhorar a sua qualidade regulatória – quer do ponto de vista das normas escritas, quer do ponto de vista da uniformização da sua aplicação e prática a todo o território. A lentidão da justiça, nomeadamente a administrativa e fiscal (como referido no 1º Snapshot do Comparar para Crescer) e a complexidade das exigências administrativas, continuam a afetar o investimento e a produtividade. Para evitar a estagnação, são necessárias reformas estruturais que garantam um ambiente de negócios mais dinâmico e previsível.

Estes desafios estruturais evidenciam lacunas em dimensões interligadas, que incluem temas como: a ausência de uma abordagem sistemática de

ÍNDICE QUALIDADE REGULATÓRIA



simplificação legislativa; a morosidade na digitalização e automação de processos administrativos; a falta de mecanismos eficazes para monitorizar e avaliar o impacto da burocracia na economia; e uma cultura de governação pública ainda pouco orientada para a responsabilização e eficiência. A combinação destes fatores gera ineficiências acumuladas e contribui para a perda de competitividade relativa face a outras economias europeias.

Particularmente desde 2018, e de acordo com dados do Banco Mundial, a performance de Portugal relativamente à **qualidade regulatória** tem-se degradado e tem sido inferior à média dos países concorrentes, revelando uma margem de progressão assinalável na formulação e implementação de políticas e regulamentos sólidos por parte do Governo português para melhor promover o desenvolvimento do sector privado.

O impacto de reformas nestas áreas poderá refletir-se positivamente nos principais indicadores de competitividade, tendo em vista colocar Portugal numa posição mais favorável no panorama europeu, reduzindo custos para as empresas e incentivando o investimento estrangeiro no nosso país.

Portugal não pode dar-se ao luxo de ignorar o peso da burocracia no seu desenvolvimento económico. A posição modesta do país nos rankings internacionais e a crescente pressão da concorrência global reforçam a urgência de um compromisso sério com a desburocratização. Se quiser tornar-se mais competitivo, o país terá de acelerar reformas estruturais que simplifiquem processos, garantam maior previsibilidade e promovam o investimento e a inovação. ●

COMPARAR PARA CRESCER

POR UM PORTUGAL MAIS COMPETITIVO

O **Comparar para Crescer** sistematiza um conjunto de indicadores que refletem a evolução e posição competitiva de Portugal em diversas dimensões face a um grupo de países, com destaque para os concorrentes europeus. Criado pela Associação BRP, em colaboração com a KPMG, visa permitir a identificação de oportunidades de melhoria, diferenciação e crescimento que possam ajudar o país a ter uma renovada ambição para ser mais próspero, justo e sustentável.

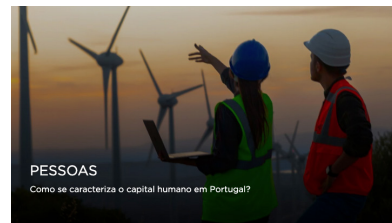
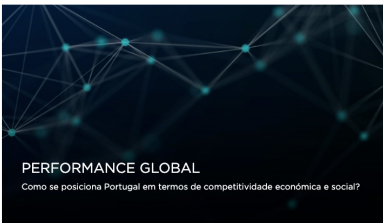
[Ver 2º Snapshot](#)

3º SNAPSHOT DESTAQUES DA COMPETITIVIDADE NACIONAL

Abril 2025

+0,126%

ACEDA AO **COMPARAR PARA CRESCER** E EXPLORE OS INDICADORES QUE FAZEM PARTE DESTA FERRAMENTA DE CONHECIMENTO



COMPARARPARACRESCER.PT

SOBRE A ASSOCIAÇÃO BUSINESS ROUNDTABLE PORTUGAL

A Associação BRP refere-se a "Associação Business Roundtable Portugal", uma organização independente, apolítica, não associada ou relacionada com qualquer outra entidade, e de exercício do dever de cidadania das empresas associadas, das suas lideranças, e não de defesa dos seus interesses. Tem como propósito acelerar o crescimento económico e social de Portugal, para garantir um país mais justo, próspero e sustentável. A Associação BRP é composta por 43 líderes de empresas e grupos empresariais de diferentes setores, geografias e fases de desenvolvimento. Em conjunto, acumulam receitas globais de 124 mil milhões de euros, 59 mil milhões a nível nacional, empregam 424 mil pessoas, 218 mil em Portugal, onde pagam um salário duas vezes superior à média do setor privado, e investem mais de 10 mil milhões de euros. A atividade da Associação BRP pode ser acompanhada em www.abrp.pt.